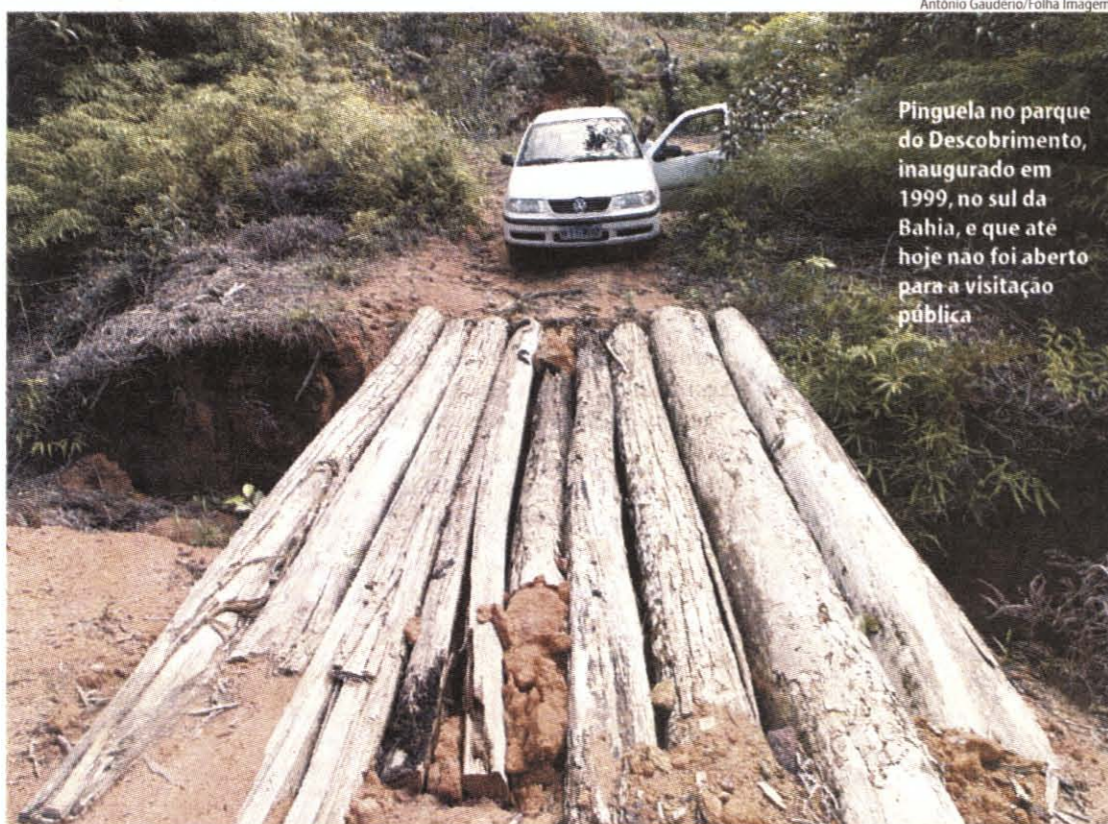


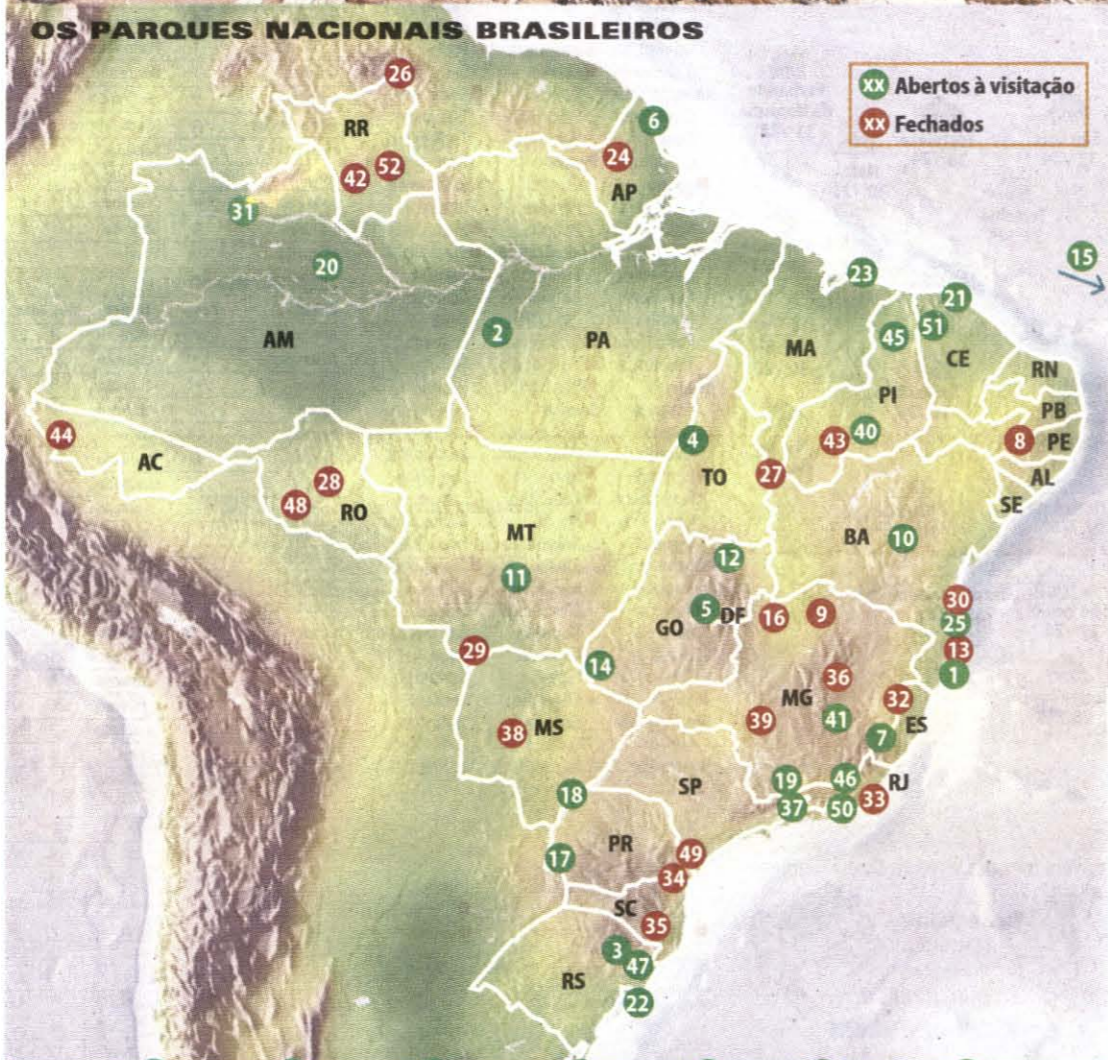
LAZER Por falta de infra-estrutura, unidades acabam não cumprindo seu papel de recreação e conservação de biodiversidade

42% dos parques nacionais estão fechados



Antônio Gaudério/Folha Imagem

Pinguela no parque do Descobrimento, inaugurado em 1999, no sul da Bahia, e que até hoje não foi aberto para a visitação pública



PARQUE	1 Abrolhos (marinho)	2 Amazônia	3 Aparados da Serra	4 Araguaia	5 Brasília	6 Cabo Orange	7 Caparaó
ESTADO(S)	BA	AM e PA	RS	TO	DF	AP	MG e ES
IMPLANTAÇÃO	1983	1974	1959	1959	1961	1980	1961
ATRAÇÕES	Mergulho, aves e baleias jubarte	Diversidade de espécies animais e vegetais	Canyons e cachoeiras	Animais, praias e observação astronômica	Piscinas e trilhas	Não disponível	Cachoeiras e picos da Bandeira, do Cristal e do Camilo
PARQUE	14 Emas	15 Fern. de Noronha (mar.)	16 Grande Sertão Veredas	17 Iguaçu	18 Ilha Grande	19 Itatiaia	20 Jaú
ESTADO(S)	GO	PE	MG	PR	PR e MS	RJ e MG	AM
IMPLANTAÇÃO	1961	1988	1989	1939	1997	1937	1980
ATRAÇÕES	Diversidade paisagística e fauna silvestre	Praias, trilhas, mergulhos e passeios	—	Cataratas do Iguaçu e safári ecológico	Praias, trilhas e passeios de barco	Pico das Agulhas Negras e cachoeira Véu da Noiva	Biodiversidade de flora e fauna da floresta amazônica
PARQUE	27 Nascentes do Parnaíba	28 Picaás Novos	29 Pantanal	30 Pau Brasil	31 Pico da Neblina	32 Pontões Capixabas	33 Restinga de Jurubatiba
ESTADO(S)	TO	RO	MT	BA	AM	ES	RJ
IMPLANTAÇÃO	2002	1979	1981	1999	1979	2002	1998
ATRAÇÕES	Diversidade biológica e monumentos	—	Jacarés, garças, capivaras, tuiulus e piranhas	—	O ponto mais alto do país	—	—
PARQUE	40 Serra da Capivara	41 Serra do Cipó	42 Serra da Mocidade	43 Serra das Confusões	44 Serra do Divisor	45 Sete Cidades	46 Serra dos Orgãos
ESTADO(S)	PI	MG	RR	PI	AC	PI	RJ
IMPLANTAÇÃO	1979	1984	1998	1998	1989	1961	1939
ATRAÇÕES	22 sítios arqueológicos	Cachoeiras, canyons, cavernas e trilhas	—	—	—	Monumentos geológicos e pinturas rupestres	Vegetação exuberante e serras
PARQUE	8 Catimbau	9 Cavernas do Peruaçu	10 Chapada Diamantina	11 Chapada dos Guimarães	12 Chapada dos Veadeiros	13 Descobrimento	
ESTADO(S)	PE	MG	BA	MT	GO	BA	
IMPLANTAÇÃO	2002	1999	1985	1989	1961	1999	
ATRAÇÕES	Inscrições rupestres e formações rochosas	Não disponível	Morro do Pai Inácio, cachoeiras, grutas e orquídeas	Cachoeiras, sítios arqueológicos e monumentos	Cachoeiras, canyons, além da flora e fauna	Não disponível	
PARQUE	21 Jericoacoara	22 Lagoa do Peixe	23 Lençóis Maranhenses	24 Montanhas do Tumucumaque	25 Monte Pascoal	26 Monte Roraima	
ESTADO(S)	CE	RS	MA	AP	BA	RR	
IMPLANTAÇÃO	2002	1986	1981	2002	1961	1989	
ATRAÇÕES	Dunas, praias e afloramento rochoso	Aves, baleia franca, mata de restinga e dunas	Belezas cênicas, banhos de rio, mar e de lagoas	—	Trilha para o monte Pascoal	Um dos pontos culminantes do país, na serra do Caburá	
PARQUE	34 Saint-Hilaire/Lange	35 São Joaquim	36 Sempre-Vivas	37 Serra da Bocaina	38 Serra da Bodoquena	39 Serra da Canastra	
ESTADO(S)	PR	SC	MG	RJ e SP	MS	MG	
IMPLANTAÇÃO	2001	1961	2002	1971	2000	1972	
ATRAÇÕES	—	Montanhas, neve e araucárias	Paisagem, sítios arqueológicos e espécies ameaçadas	Passeios turísticos, banhos de cachoeira e trilhas	—	Nascente do rio São Francisco, cachoeiras e serras	
PARQUE	47 Serra Geral	48 Serra da Cutia	49 Superagui	50 Tijuca	51 Ubajara	52 Viruá	
ESTADO(S)	RS	RO	PR	RJ	CE	RR	
IMPLANTAÇÃO	1992	2001	1989	1961	1959	1998	
ATRAÇÕES	Canyon da Fortaleza, cachoeiras, fauna e flora raras	—	Praias e manguezais, papagaios da cara roxa	Corcovado, trilhas e rampa para voo livre e asa delta	Grutas, cachoeiras, trilhas, flora e fauna	—	

Fonte: Ibama (www.ibama.gov.br)

MARIANA VIVEIROS
DA REPORTAGEM LOCAL

Por falta de infra-estrutura para receber os turistas, 22 dos 52 parques nacionais brasileiros (42,3% do total) não estão oficialmente abertos à visitação pública, o que, além de descumprir a lei federal do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), representa perdas em termos de turismo, de preservação e até de educação ambiental para o país.

Os números são do próprio Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), que alega dificuldades de ordem financeira para cuidar adequadamente das unidades e diz estar buscando parcerias com a iniciativa privada para fazer funcionar os parques.

Fechados, eles não cumprem grande parte do papel para o qual foram criados: lazer contemplativo e qualificado, que sensibilize as pessoas para a necessidade de conservação da diversidade biológica desses locais. Pior. A inexistência da infra-estrutura de manutenção e fiscalização facilita usos inadequados das áreas e só reforça as pressões que elas já sofrem: invasões, moradias irregulares, atividades econômicas ilegais no seu interior e, conseqüentemente, degradação ambiental.

Especialistas e até representantes do próprio governo afirmam que tudo isso ocorre porque os parques são, muitas vezes, criados para atender a pressões políticas, sem planejamento e seguem um padrão, o norte-americano, que não se adequa à realidade do país.

Apesar de reconhecer todas as dificuldades, o Ibama sustenta que o modelo é bem-sucedido.

Estão fechados desde parques

novos, como o das montanhas de Tumucumaque (AP) — maior área de proteção de floresta tropical do mundo, criada em 2002, com grande divulgação, pelo governo Fernando Henrique Cardoso — e o do Descobrimento — criado em 99 —, até mais antigos, como o Pantanal Mato-grossense (MT) — fechado desde 2001 por causa da elaboração do plano de manejo local (zoneamento).

Prioridades

A prioridade para instalação de infra-estrutura nos parques e sua regularização segue duas "estratégias": demanda ou pressão preexistentes por visitação e oportunidades financeiras, explica Andrea Zarattini, assessora da Diretoria de Ecossistemas do Ibama.

"Damos prioridade àqueles parques em que existe uma pressão da população do entorno, se não ela pode levar a uma visitação inadequada. Se eu tenho um parque que não tem nenhuma demanda por visita, eu posso aguardar mais um pouco", afirma.

"Quando o parque é criado, não precisa ter tudo [estrutura, segurança, posse da terra etc.] já aranjado. É um sequencial. Eu protejo o espaço porque ele é importante pela diversidade biológica. Depois que ele é criado, começo a construir as condições para que ele cumpra seu papel. Não há um prazo legal para que isso esteja pronto", completa Zarattini.

O valor arrecadado com a venda de ingressos aos visitantes é visto pelo Ibama como uma alternativa importante para a auto-sustentabilidade financeira dos parques. Mas só a longo prazo.

Segundo Zarattini, nem mesmo parques bem estruturados e "campeões de público", como o

do Iguaçu (no PR, onde estão as Cataratas do Iguaçu) se pagam.

Criada em 1939, a unidade, que tem um dos mais famosos cartões-postais nacionais ainda está em fase de investimentos por parte de empresários que têm uma concessão federal para explorar alguns serviços no local.

O interesse privado não pode ser visto, porém, como a única solução porque depende da viabilidade comercial do parque.

"Em algumas situações, o Estado tem de investir. É o caso [do parque nacional] de Sete Cidades [PI, onde estão sítios arqueológicos]. Como ele não é tão divulgado e tem um acesso mais difícil, o Ibama colocou a estrutura e terceirizou serviços", diz Zarattini.

→ LEIA MAIS na pág. C3

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte: Fsp (cotidiano)
Data: 19/4/2003 Pg C3
Class: 970

LAZER Unidades não poderiam ser ocupadas, deveriam ter um plano de manejo e estão com problemas na situação fundiária

Irregulares, 28 parques foram invadidos

DA REPORTAGEM LOCAL

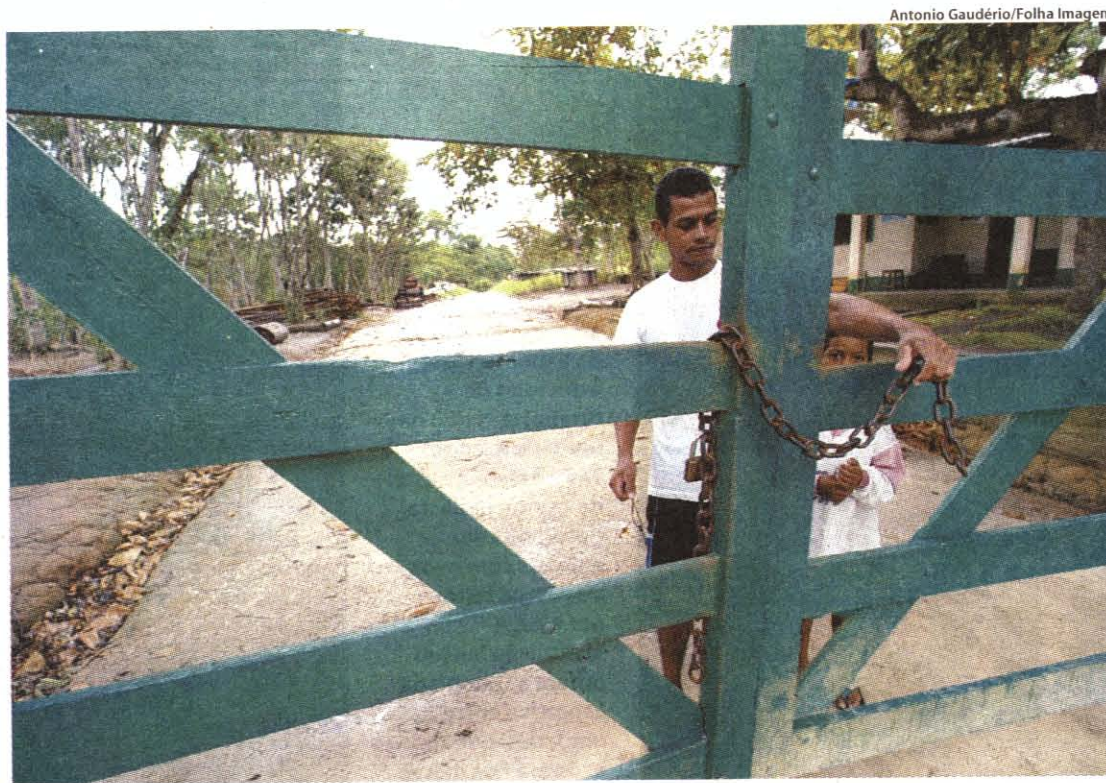
Apesar dos benefícios ambientais e turísticos que trazem, os parques nacionais brasileiros são, via de regra, grandes foras-da-lei.

Não poderiam ter ocupação humana, mas, dos 39 cujos dados estão disponíveis na internet, 28 (ou 72%) apresentam algum tipo de presença humana irregular. Deveriam ter um plano de manejo, mas só 23 dos 52 (menos da metade) têm. Dos 44 que dizem se estão ou não com sua área regularizada, apenas 13 (29,5%) têm 100% da situação fundiária em dia.

O resultado dessa soma de ilegalidades: praticamente todos os parques enfrentam problemas como queimadas, caça predatória, garimpos clandestinos, extrativismo ilegal e tráfico de animais.

Para Claudio Maretti, vice-presidente regional da Comissão Mundial de Áreas Protegidas da IUCN (sigla em inglês para União Mundial para a Conservação da Natureza, que define diretrizes para as unidades de conservação em todo o mundo), o problema é o modelo brasileiro (inspirado no dos EUA), que desconsidera as comunidades que vivem dentro ou próximas aos parques. Isso leva a população a ver o local como inimigo, não como patrimônio a ser protegido, já que ela fica impossibilitada de conviver de forma sustentável com a área.

Segundo Maretti, no Brasil, três



O vigia do Ibama, Nilson José Pereira Pessoa, abre porteira do parque do Descobrimento, na Bahia

fatores limitam a aplicação do padrão norte-americano: ele não considera que, muitas vezes, as comunidades locais detêm um domínio de fato sobre a área que se quer tornar parque e podem contribuir para uma melhor gestão dela; relega a planos inferiores as demais categorias de unidades de conservação; e é muito centralizado na atuação do Estado.

“Isso implica que o Estado dis-

ponha de estrutura, pessoal e equipamentos. Países como o Brasil não dispõem dessas condições, e o que vemos são unidades de conservação que nunca são completamente implementadas.”

Andrea Zarattini, do Ibama, diz, por outro lado, que a saída da população é fundamental para a preservação; a regularização fundiária, um processo longo porque costuma envolver indenizações e

ações judiciais; que os planos de manejo às vezes demoram a sair por falta de recursos; e que não há privilégios políticos na criação de parques em detrimento de outras unidades de conservação.

“Muitos parques, se não tivessem sido criados, talvez nem existissem mais. Temos de enfrentar os conflitos para garantir que eles estarão lá para as gerações futuras”, afirma. (MARIANA VIVEIROS)

EUA investem em turismo ‘patriótico’

DA REPORTAGEM LOCAL

“Pais” do nosso modelo de parques nacionais, os Estados Unidos têm cerca de 400 unidades em seu território e uma forma um pouco diferente de encará-las. Sai o ecoturismo e entra o “turismo patriótico”, muito voltado à herança e à história nacional. Lá os parques são sucesso de público e têm, em geral, estrutura completa para visitantes —hotéis e até postos de gasolina ficam dentro das áreas protegidas.

Segundo o Serviço Nacional de Parques, em 2002, 421,7 milhões de visitantes estiveram nos parques nacionais dos EUA, que receberam uma verba federal da ordem de US\$ 2,3 bilhões (R\$ 6,9 bilhões).

Nesses dois pontos estão outras grandes diferenças da realidade brasileira. Não há estatísticas oficiais de quantas pessoas visitam, por ano, os parques abertos, e os recursos destinados pela União às unidades foram de R\$ 130,3 milhões em 2002 e vêm caindo. Segundo levantamento do Instituto de Es-

tudos Socioeconômicos (Inesc), o programa Parques do Brasil teve corte de 45% na previsão de gastos e deve receber R\$ 71,5 milhões neste ano.

Ecoturismo

Embora não tenha uma estimativa financeira de quanto o país deixa de ganhar com os parques que não recebem turistas, Marcos Niemeyer, chefe do Departamento de Projetos Especiais do Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo), admite o “prejuízo potencial”, já que o ecoturismo e o turismo de aventura são as grandes apostas do governo nesse setor.

“Como entre seus objetivos principais está a visitação, os parques têm grande potencial para funcionar como pólos regionais de desenvolvimento sustentado”, afirma Claudio Maretti, da Comissão Mundial de Áreas Protegidas.

É exatamente essa a estratégia do Ibama, de acordo com Andrea Zarattini. “Queremos que o turismo, cujo atrativo é o parque, possa ser trabalhado com os municípios do entorno. Que se possa dividir com eles um eventual ganho financeiro. O parque é o centro, mas é nas cidades vizinhas que o visitante vai encontrar o hotel, o restaurante”, afirma. (MV)